

UM COMPÊNDIO SOBRE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: O Que Boaventura de Sousa Santos Falou e Você Não Leu

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Instituto Federal da Bahia. Porto Seguro/BA, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

RESUMO

A vasta obra de Boaventura de Sousa Santos é permeada por sua indignação quanto às diferenças socioeconômicas entre os territórios e entre as pessoas. “O direito dos oprimidos”, um dos seus livros, retrata o quanto a democracia e a justiça estão distantes do direito formal. “Globalização: fatalidade ou utopia?” um livro com uma série de artigos organizados por Boaventura mostra como a globalização com sua face perversa criou e alargou linhas abissais entre os povos. Portanto, a leitura da obra de Boaventura é essencial para quem deseja compreender o processo de desigualdade tanto a nível local quanto global. A resenha que é apresentada neste texto tem como base uma de suas palestras onde ele propõe uma reflexão sobre direitos humanos e democracia. Se muitos já leram sua obra, a minha proposta aqui é refletir sobre sua fala, onde faço comentários sobre os tópicos abordados na palestra levando em consideração o tom de sua voz e a expressão facial, que dificilmente conseguimos perceber pelos livros. Por isso, a proposta de ler o que Boaventura de Sousa Santos falou e você não leu.

Palavras-chave: linhas abissais; democracia; território; Boaventura de Sousa Santos.

A COMPENDIUM ON HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY: WHAT BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS SAID AND YOU DIDN'T READ

ABSTRACT

Boaventura de Sousa Santos' vast work is permeated by his indignation at the socioeconomic differences between territories and between people. “The Law of the Oppressed”, one of his books, portrays how far democracy and justice are from formal law. “Globalization: fatality or utopia?” a book with a series of articles organized by Boaventura shows how globalization with its perverse face has created and widened abyssal lines between people. Therefore, reading Boaventura's work is essential for anyone who wants to understand the process of inequality at both a local and global level. The review presented in this text is based on one of his lectures where he proposes a reflection on human rights and democracy. If many have already read his work, my proposal here is to reflect on his speech, where I make comments on the topics covered in the lecture, taking into account the tone of his voice and facial expression, which we can hardly understand from books. Therefore, the proposal to read what Boaventura de Sousa Santos said and you did not read.

Keywords: abyssal lines; democracy; territory; Boaventura de Sousa Santos.

Submetido em: 17/6/2024

Aceito em: 29/6/2024

Publicado em: 11/9/2024

INTRODUÇÃO

Geralmente as resenhas se baseiam em uma determinada obra impressa fisicamente ou mesmo em formato digital. Entretanto, com o advento da tecnologia outras fontes de pesquisa passaram a fazer parte das referências dos nossos trabalhos acadêmicos, inclusive vídeos que estão abrigados em diferentes plataformas de conteúdo.

O compêndio que apresento aqui, em forma de reflexão, é composta por partes de uma palestra que o sociólogo do Direito Boaventura de Sousa Santos, considerado um dos maiores intelectuais do século XXI, realizou no começo da segunda década do século XXI.

Durante o meu estágio de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais – CES na cidade de Coimbra em Portugal, onde fui supervisionado por Boaventura, tive muito contato com a vasta obra escrita por ele. Contudo, despertou-se em mim o desejo de conhecer um pouco do que ele falava sobre Direitos Humanos e Democracia. Para isso consultei uma imensa quantidade de vídeos que estavam à disposição na plataforma do Youtube. Em todos os vídeos que pesquisei e transcrevi é nítida a preocupação de Boaventura com a injustiça que assola o mundo em todos os níveis, com um cuidado específico pelos povos tradicionais e pelas pessoas que estão alijadas de políticas de desenvolvimento e consequentemente abandonadas pelo Estado em todos os continentes.

Produzi quase seis horas de transcrição dos vídeos que estavam disponíveis na internet e que, particularmente, me surpreenderem, porque, mesmo suas palestras sendo baseadas em seus livros, havia comentários que não estavam presentes neles. Contudo, para escrever essa resenha separei a palestra intitulada “Direitos Humanos ou democratizar a democracia?” tendo em vista a chamada para este dossiê que tem como cerne os direitos humanos, neoliberalismo e vulnerabilidades.

Existe uma coisa fundamental nas falas do Professor Boaventura de Sousa Santos que não se pode perceber nos livros: a sua indignação contra tudo aquilo que tenta desvirtuar os Direitos Humanos e Democracia. Indignação refletida no tom de sua voz, nas indagações, às vezes sarcásticas ou ácidas contra tudo que se opõem a democracia em todos os níveis de compreensão. Por isso, optei por realizar uma resenha pautada na oralidade desse grande intelectual.

DIREITOS HUMANOS OU DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA?¹

Ao abrir a sua palestra Boaventura compara numericamente a evolução da democracia nos países em todo o mundo. “A primeira pergunta que temos que fazer sobre o tema da aula de hoje é: Se o consenso que hoje existe de um e de outro (direitos humanos e democracia) é o resultado de uma vitória histórica ou de uma derrota histórica? Ou seja, estamos num pico do progresso em que durante muito tempo muitos países lutaram por democracia; em 1972 apenas 40 países eram considerados democráticos, hoje são cerca de 130, então, significa que a democracia ganha terreno em todo o mundo”.

¹ Palestra em Coimbra, Portugal. 1 Junho 2012. Publicado a 21/08/2012 em <https://www.youtube.com/watch?v=I1G8gdbOY34>

Os números apresentados não deixam dúvidas de que hoje vivemos num mundo democrático. Porém, um mundo democrático voltado para o político, onde a democracia é resumida no direito ou na obrigação que os cidadãos têm de votar. Dessa forma, se a maioria dos países opta por eleições livres, todos eles são democráticos. Será? Ou irá depender de que cada povo ou governante pensa sobre o significado de viver num país democrático?

Nesta parte da palestra, Boaventura realiza algumas provocações sobre sermos democratas: “Quem ousaria dizer hoje que é contra os direitos humanos? Quem ousaria dizer que é antidemocrático? É este consenso que estes conceitos geram hoje. E no geral devem levar sociólogos, críticos, juristas, filósofos, a fazer aquilo que chama de hermenêutica da suspeita. Isto é, o que é este consenso? Porque somos todos democratas e estamos todos de acordo com os direitos humanos? Que são apresentados e defendidos nos mais diferentes contextos. E a questão é, tanto mais suspeita, digamos assim, esses conceitos são, por assim dizer, conceitos que foram construídos depois da segunda guerra mundial, e o fizeram de uma maneira muito rápida. Por exemplo, os movimentos de libertação nacional que ocorreram na África nos anos 50, nenhum deles utilizou o conceito de direitos humanos. Como é possível que uma luta tão importante para eles e para nós todos, como é a luta da descolonização; como é possível que movimentos com tanta força e com tanto impacto mundial tenham sido conduzidos em nunca ter se referido aos direitos humanos?”

Ao perguntar quem seria contra os direitos humanos ou contra democracia, Boaventura de Sousa Santos nos leva a refletir: somos todos “pessoas de bem” porque somos todos pró direitos humanos? É como se, ser a favor dos direitos humanos nos tornasse pessoas sem pecados, quase santos! A provocação de Boaventura é importante no sentido de que o entendimento do que seja direitos humanos pode permear pessoas, que na sociedade, têm comportamentos totalmente antiéticos e, ao mesmo tempo, vão dizer que são a favor dos direitos humanos, apontando suas concepções sobre direitos humanos. Concepções que podem ter sido forjadas dentro de uma religião, na criação familiar ou em comunidades. Dessa forma, seriam os movimentos de libertação de alguns países da África guiados pelos direitos humanos? Ou o discurso dos direitos humanos também pode ser um caminho político para se chegar ao poder simplesmente pelo prazer em ter poder?

De acordo com Boaventura, nesse momento “o que ocorre na teoria e na ciência dominante é que para ser democrático um país tem que cumprir certas condições; não é qualquer país que pode ser democrático. E aí se encontra a explicação de porque tão poucos países são democráticos. Não é porque sejam maus, é porque não têm condições para serem democráticos. A democracia é exigente, exige condições, portanto, só poucos países podem nela chegar. Veja a ligação entre esse discurso e o discurso do desenvolvimento; é um discurso que vai fazer com que grande parte dos países vão ser subdesenvolvidos, são ativamente (classificados) subdesenvolvidos, não eram originariamente subdesenvolvidos porque não existia esse conceito, e há uma pequena parcela que é desenvolvida. É isso que se passa também com a democracia, é um privilégio de poucos, é um privilégio do Norte Global”.

Ao rememorarmos parte da história econômica mundial, é como se os países tivessem, ainda nos dias atuais, que adotar o “remédio” do Consenso de Washington que “matou” grande parte da população pobre dos países pobres, sobretudo, na América Latina, através dos arrochos econômicos; da diminuição dos direitos dos trabalhadores e aposentados; e das

privatizações de elementos que deveriam ser considerados como bem social, como a água, por exemplo, que passaram a ser gerenciados por grandes empresas multinacionais. A relação ao Norte Global ser privilegiado por ser detentores da maior parte dos países democrático é interessante! Grande parte desses países construiu seus impérios às custas de seus projetos de colonialismo na África, América Latina e parte da Ásia. Por outro lado, os países colonizados, hoje repúblicas autônomas, parecem não ter aprendido, pois muitos deles passaram a copiar o modelo perverso de governar tal qual os seus algozes em períodos coloniais. Portanto, pertencer ao Norte ou ao do Sul Global não irá indicar uma adoção à democracia ou um apego aos direitos humanos, pois a posição geográfica não determina o comportamento dos políticos, sequer vai determinar onde a democracia irá prosperar.

Em outro trecho da palestra, o sociólogo português traz para o debate o papel da classe média na democracia. “Um outro critério, é a chamada classe média; uma democracia só se sustenta se houver uma forte classe média, porque ela funciona como um tampão, separa os muito pobres dos muito ricos, e portanto, é ela que aguenta a estabilidade democrática porque a democracia é um regime e um sistema político que é instável por natureza”.

Quando Boaventura coloca em relevo o papel da classe média como uma questão socioeconômica fundamental para a engrenagem da sociedade, penso que se faz uma reparação com uma classe que foi durante muito tempo motivo de críticas e de até mesmo ser culpada pela miséria ou de ser a protagonista por escolhas políticas erradas, como se ela decidisse a vida política e econômica de um país. Já foi acusada, inclusive, de não querer direitos, mas privilégios. A classe média já foi tema de discurso de ódio, inclusive, feito por quem pertence à classe média e é filiado a partidos de esquerda, que, em sua maioria pertencem à classe média. A divisão econômica de um país baseada na diferentes classes sociais se traduz em uma limitação de análise, e só satisfaz os economistas. E, por vezes, cria fissuras na sociedade provocadas por análises que se limitam a apenas um vetor ou vetores de uma única ciência.

Boaventura se mostra corajoso ao colocar em questão um antagonismo da democracia: “Porque é que a democracia até o século 19 não é considerado um modelo político discutido? Desde Aristóteles e do Platão até o século 19 a democracia é considerada como um sistema político altamente perigoso. Exatamente pelo perigo de vir a dar poder aos mais ignorantes. E se um país é governado pelos mais ignorantes, obviamente que será um desastre”.

Se o mundo é dividido em apenas duas concepções políticas, ditadura e democracia, então, realmente estamos entre a cruz e a espada. Se a ditadura é algo que poucos desejam, por outro lado, a democracia permite que os ignorantes se tornem poderosos. Se a maioria da sociedade rejeita a ditadura, então, essa questão está resolvida! Até porque mostramos que somos incapazes de pensar em outros caminhos de governança. Agora, se a democracia pode também trazer prejuízo para uma determinada sociedade, essa questão não foi resolvida. E isso é salutar! Porque, se a democracia é estabelecida como o melhor regime político que pode ser adotado nos territórios e apresenta falhas, então, significa que ela deve ser discutida; o que não significa sua morte. É importante ressaltar que no Fórum Mundial Social de 2005 o escritor José Saramago, numa de suas falas, questionava por que a democracia não era questionada e que ela “parecia uma santa no altar de quem não se pode contestar”.

O Brasil é um país que exemplifica muito bem a preocupação de Boaventura de Sousa Santos quanto à ascensão de ignorantes ao poder da nação. Ao longo de sua história política,

com raras exceções, o país teve a rotação de ignorantes em todas as esferas de governança, seja nos municípios, nos estados ou na presidência da República. A frase dita pelo grande jurista brasileiro Ruy Barbosa de que “a pior das democracias ainda é preferível à melhor das ditaduras” é extremamente pertinente, sobretudo, para quem viveu e sofreu com governos ditatoriais, e o Brasil, nesse caso, tem propriedade de fala. Mas, isso não impede que pensemos em aperfeiçoá-la.

Boaventura diz que “não há como exercer a democracia pelos oprimidos. Segundo ele, um indivíduo que está com fome, em situação de fascismo social, que é vítima de violência doméstica, e que se não for votar pode ser penalizado, ele exerce democracia? Não há condições. Não há que se olhar pra isso? Então, será possível pensar que o grande problema da democracia é que não cuida das condições para se exercer a democracia. Os modelos de democracia que aí estão são modelos em que a democracia não conta, nem cuida das condições para que as pessoas possam exercer a democracia”.

Da mesma forma que não se pode exigir de quem tem fome, que mora na floresta, o cuidado pelo meio ambiente. Naturalmente, por instinto, o ser humano vai procurar meios de sobrevivência e de sustentar sua família. Para este indivíduo entender que uma árvore valerá mais em pé do que cortada será preciso que o governo lhe forneça condições alimentares e de infraestrutura para que ele viva na floresta e possa preservá-la. Outrossim, a história política no Brasil, nos seus lugares mais ermos ou mesmo nas distantes periferias das grandes cidades, foi pautada pela esmola temporal dada pelos políticos. Não há, pois, como criarmos cidadãos sem que estes realmente conheçam o que é a democracia. E se não há democracia, não há cidadania.

Sobre a relação entre justiça e democracia, Boaventura diz que “o judiciário deveria intervir nessa relação de corrupção que existe entre o econômico e o político. E é aqui que o fracasso do judiciário se torna mais forte, mais dramático e mais problemático para a democracia. Porque quando as condutas ilegais não são reprimidas e punidas sistematicamente, elas se tornam impunidades. Nós vivemos hoje num sistema de impunidade; basta ver quem são os que estão presos nas penitenciárias. Portanto, a questão da impunidade é outro fator que veio contaminar esse modelo liberal”.

É impossível dissociar a democracia da justiça. Em países onde o ser humano fica como coadjuvante do dinheiro (capital) o sentimento de injustiça e de insegurança jurídica é uma aflição de grande parte da sociedade, sobretudo da mais pobre. O advogado ainda é uma figura inatingível para os pobres. A defensoria pública em alguns países é carente de infraestrutura e recursos humanos, e isso dificulta a defesa dos mais necessitados. E aí se encontra outro hiato no contexto da democracia. Poucos de nós, inclusive aqueles com alta formação acadêmica, conhecem os direitos que regem nossa vida em sociedade. Há uma dificuldade em entendermos os diálogos entre as diversas leis que punem e que libertam. Por outro lado, a percepção de justiça passa por um pensamento individual. Será isso uma falha do Estado? Ou daqueles que formulam e aplicam as leis? Por que não temos um sentido coletivo sobre o que é justiça ou injustiça? Decerto, o Judiciário não deve ser uma ilha, até porque é composto por pessoas da sociedade. Contudo, há o perigo de se construir uma relação umbilical entre políticos e o Judiciário, dificultando o entendimento de justiça, principalmente por parte daqueles para quem a prisão é o primeiro ponto de parada antes de um julgamento justo. É

preciso entender e analisar o porquê de a justiça, em alguns países, ser tão criticada por sua aproximação com os poderes políticos e econômicos.

Por que os políticos nos decepcionam tanto? Boaventura dirá que “a gente decide cada vez mais sobre cada vez menos, isto é, o que os cidadãos são chamados a decidir não tem muita importância para a condução do país; até porque vivemos num tempo em que os partidos nunca filmaram tanto os seus programas eleitorais. Porque se os políticos pudessem dizer o que vão fazer quando chegassem ao governo, nunca seriam eleitos, então eles mentem, e é uma mentira sistemática. Portanto, eles têm que mentir, e por isso que nunca foi tão grave a discrepância dos programas eleitorais com as afinidades políticas desses partidos quando chegam ao poder”.

No Brasil há uma reclamação corrente entre os políticos, de que há uma exacerbação da criminalização de suas atividades no parlamento. Certamente, podemos encontrar políticos comprometidos com o país, com o povo. Já tivemos em nosso Congresso Nacional nomes como Josué de Castro, Darcy Ribeiro, mais recentemente Cristovam Buarque. Com o advento das redes sociais, os políticos ficaram mais próximos virtualmente da população em contraposição a um distanciamento físico; o que dificulta a compreensão, por parte da população, do que os nossos políticos desejam. Passamos a eleger políticos a partir da quantidade de seguidores que eles têm em suas redes sociais. Assim, o território, que é o palco da dinâmica social, torna-se desconhecido, deixado em segundo plano, por grande parte dos políticos. A mentira, que hoje se popularizou como fake news, é maquiada por diversos aplicativos que embelezam o feio (e feio é mentir) dificultando ao eleitor fazer uma escolha mais assertiva. Deixamos de discutir ideias, projetos para o país, e passamos a ver nossos políticos como vilões ou mocinhos nas telas dos smartphones. Não discutimos políticas; brigamos, inclusive, fisicamente por aquele que amamos contra aquele que odiamos. E isso é bom para determinados políticos no Brasil, pois, assim, esvazia-se e impede-se a discussão de proposições para o país. Esse cenário de como votamos, especialmente ao escolher um candidato, aponta para um fracasso dos partidos, tendo em vista que estes perderam, ao longo do tempo, a capacidade de apresentar sua ideologia sobre o que pensam para país. Nem mesmo os políticos se filiam a partidos por uma ideologia política. E ainda que o mandato pertença ao partido, o eleitor faz uma escolha pessoal, identitária, portanto, nem mesmo a sociedade tem um pensamento de país. Talvez, por isso, nas eleições municipais o cidadão considera que tem um poder de influência maior, daí o seu engajamento ser menor nas eleições para governador e presidente.

Como Boaventura enxerga a democracia em seu continente? Sua análise nessa parte da palestra é de que “uma das coisas que prejudicou a democracia da alta intensidade é que as unidades nacionais deixaram de ter poder, transferiram o poder para as unidades transnacionais, que não são elementos democráticos. Isto é as unidades políticas de cada país tinham mais conteúdo democrático do que tem a União Europeia (U.E.) e à medida que se transfere poder para a U.E., como tem menor densidade democrática, perde-se a democracia também a nível nacional. E é isso que estamos vendo. Portanto, as escalas da democracia, regional e nacional, estão, neste caso, a ser um detrimento para a democracia. Mas, poderia ser oposto, com uma democracia dos cidadãos, uma democracia efetivamente europeia, com partidos europeus, com forma de lutas europeias, com parlamento europeu etc., com outro modelo,

pois o modelo que está aí a U.E. tem demasiados poderes para o conteúdo democrático que tem. E é isso que tem causado o estresse na nossa relação”.

Primeiro, temos que entender que a U.E. se configura num bloco econômico. Isto é, foi pensado como ponto inicial a proteção da econômica. O Visto de Schengen é apenas um penduricalho para dar uma conotação de integração ou de democratização do território europeu. Se a economia vem em primeiro lugar, então, não há como se falar em democracia. Com exceção da Economia Solidária, a economia na sua forma mais holística passa por uma construção de cenários de competitividade. E não há competitividade justa entre pobres e ricos. Se por um lado, o bloco econômico da U.E. pode ser entendido como um freio para que o mundo não volte a ser bipolar (Estados Unidos versus China), ele também propiciou uma espécie de enterro das particularidades de cada nação que compõem o bloco. Por exemplo, vários países encontrarão dificuldades para reaver suas moedas, que para além da simbologia econômica também faz parte da cultura de cada país. Difícil imaginar que Malta tenha a mesma relevância de decisão que a Alemanha dentro do bloco. Portanto, nem mesmo dentro do bloco há uma paridade de importância que indica haver uma democracia plena entre os membros. A União Europeia nunca será uma integração social. A existência do bloco é apenas para cuidar da economia, ainda que muitos europeus em cada um de seus países estejam em situação de pobreza.

Um outro ponto a se destacar no discurso de Boaventura é a perda da democracia em seu nível nacional. O que se pode perceber é que a diplomacia mundial perdeu a capacidade de dialogar com as particularidades de cada estado. Nesse sentido a saída da Inglaterra da U.E. também pode ser compreendida como uma retomada de uma identidade que poderia estar em risco.

No que se refere à ascensão de políticos extremistas ao poder na Europa, Boaventura alerta para o fato de que “em Portugal como na Europa, não são apenas partidos mas associações, como neonazista, ultra extrema direita, que andam por aí, por enquanto de relativamente abafados, porque há em Portugal outro modo de canalizar o voto de protesto, mas que em outros países não existe. Porque há extrema direita na Holanda e não há em Portugal? É porque o voto de protesto em Portugal vai para o partido comunista. Outros países que não tenha essa opção votam na extrema direita”. É importante salientar que Boaventura de Sousa Santos proferiu essas falas antes do ano de 2020, pois, logo em seguida, houve uma ascensão do Partido Chega, que é considerado por Boaventura como um partido de extrema direita.

Se entendermos que, em sua maioria, os países são democráticos, também temos que compreender que a democracia é um sistema que oferece oportunidades de acesso ao poder qualquer ideologia ou mesmo para aqueles que sequer tem alguma formação ideológica. Por exemplo, Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil) e Giorgia Meloni (Itália) foram eleitos democraticamente; ainda que haja pessoas que vejam restrições sobre o comportamento político, ou mesmo pessoal, deles. Da mesma forma, a Extrema Direita Alemã conseguiu várias cadeiras no Parlamento Europeu. Numa análise democrática é preciso aceitar que o povo de cada país escolhe o seu presidente. A nossa aversão a um determinado candidato que foi eleito não pode surgir de uma análise não democrática, por exemplo, do processo eleitoral. Poderemos incorrer no risco de comportamento antidemocrático quando nosso candidato perde as eleições e declaramos que o povo não sabe votar. Logo, estabe-

lece-se uma santificação do nosso candidato e a demonização opositor. Uma bipolaridade contraproducente e vazia de análise política.

Por outro lado, poderíamos perguntar o porquê da ascensão da Extrema Direita em diversos países onde antes ela não tinha “voz”? A culpa é do povo? E a Extrema Esquerda age democraticamente quando está no poder? Os extremos, os centros, os moderados, e os que não possuem ideologia, estão todos dentro de um sistema ao qual chamamos de democrático, ou como Boaventura de Sousa Santos chama de demodiversidade; pensada a partir da inclusão dos povos tradicionais de cada canto do mundo na política. Logo, se a democracia é o sistema mais adotado pela maioria dos países que compõem o planeta Terra, portanto, ela prevaleceu sobre os sistemas ditatoriais. Porém, o que a democracia nos alerta e que pouco escutamos, é que ela exige que convivamos com a diversidade em toda a amplitude da palavra.

CONCLUSÃO

Ao concluir esse texto, que tem o caráter de causar mais inquietação do que oferecer respostas, recorro-me ao ambiente acadêmico onde estamos inseridos, seja como estudantes, professores/pesquisadores. A democracia e os direitos humanos podem ser pensados em diversos ambientes. Por exemplo, a democracia interna que ocorre nas aldeias e nas áreas quilombolas. Os direitos humanos a partir de uma religiosidade. Todavia, construo a conclusão dessa reflexão a partir do que estamos “plantando” nas universidades e o que iremos “colher”, uma análise que é fundamental para compreendermos como veremos a construção de conceitos de democracia e direitos humanos tendo como inspiração o ambiente acadêmico.

Ao abrir uma aula na Universidade de Brasília – UnB com esse encaminhamento, Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para que os estudantes tenham cuidado para não se tornarem ovelhas; que o professor não os faça de discípulos. Ao sugerir “que se procure por outras alternativas de análise”, o pensador português não está falando em se rebelar contra tudo, sobretudo, contra aquilo que ainda não foi estudado. Ao contrário, os estudantes devem estudar, ler, interpretar diversos autores de diversas correntes de pensamento, pois, só assim vão atingir uma maturidade acadêmica e pessoal para poder interpretar o mundo em que vivemos. Por exemplo, você pode até ser um marxista pelo resto de sua vida, mas, sugere-se que também conheça outras teorias econômicas, inclusive as mais recentes. Dessa forma, Boaventura se coloca como mais uma opção entre tantas para que os estudantes conheçam a diversidade de pensamentos. Aliás, qualquer curso superior deveria naturalmente oferecer essa possibilidade de formação, pois é intrínseco a universidade uma conduta de diversidade no ensino, tendo em vista que a formação ideológica dos docentes são diferentes.

Mas, nossos alunos são realmente capazes de promover novas formas de pensar a democracia e os direitos humanos discutidos amiúde na palestra de Boaventura de Sousa Santos? Sem fazer qualquer generalização, estou seguro de que há entre os discentes comportamentos únicos, entretanto, estamos vivendo nos dias atuais uma rebeldia desorganizada, individualista e estéril, pois é concebida em pequenos grupos que pensam da mesma forma. Portanto, inexistente de diálogo. No Brasil, nos anos de 1970, tínhamos uma rebeldia produtiva, uma rebeldia (às vezes chamados de anarquista) que pensava num bem comum. Por exemplo, as clássicas reuniões dos sindicatos no Grande ABC, região de São Paulo. Podemos

citar vários filmes brasileiros, como “Eles não usam black-tie” de 1981 (dirigido por Leon Hirszman), que retrata a rebeldia produtiva da época mostrando que havia luta de classe, mas também muito amor entre as pessoas, reuniões nos bares, nas igrejas, nas casas. Hoje, as lutas ficaram chatas porque toda a sociedade se tornou mais chata. As escolas ficaram mais chatas, o que, por conseguinte, formou estudantes chatos, sem pensamento críticos, apenas rebeldes e desrespeitosos. Nossos jovens sorriem cada vez menos, seus afetos para com o outro passa a ser confundido com algo criminoso, não enamoram, não piscam um para o outro. Ao contrário, chegam à sala de aula carregados, raivosos, descontentes com o mundo.

É preciso dizer que esse cenário de chatice foi construído com a participação fundamental de professores dogmáticos no seu processo de lecionar, que ensinam os estudantes a serem chatos, não críticos. Contudo, um dia, esses professores que tentaram fazer de seus estudantes ovelhas, na verdade, criaram cobras que depois os picarão. E isso acontece em todos os níveis de ensino. Convivi num centro de pesquisa onde as pessoas não se olhavam, sequer sorriam, mas faziam parte de um grande grupo de pesquisa que estudava causas das minorias. Isso parecia lhes conferir uma armadura contra qualquer crítica! Afinal, todos que estudam as minorias parecem receber uma espécie de beatificação acadêmica. Mas, eram pesquisadores/as secos, sem alegria, pareciam viver e estarem prontos para iniciar qualquer “guerra” ou repelir aqueles que não participavam de suas ideologias. Nesse centro de pesquisa, algumas cobras picaram seu professor.

Cada vez é mais difícil formar diplomatas (não necessariamente no curso de diplomacia), pois o que temos são rebeldes improdutivos que, ainda que produzam pesquisas, são incapazes de pedagogicamente explicar seus estudos. Apenas produzem seminários de ódio! E, é evidente que isso dificulta pensar a democracia. Como alertou, em sua fala nessa aula, Boaventura de Sousa Santos entende que “devemos ter um novo tipo de rebelde, o competente. Rebeldia competente tem que misturar: razões convincente, e paixões mobilizadoras, pois sem paixões não mudamos o mundo”. Cada vez mais as escolas e universidades estão cheias de estudantes desinteressantes e desinteressados.

Ter convivido pelo período de um ano com o Professor Boaventura de Sousa Santos me fez conhecer um pouco do seu pensamento. Sobre essa questão da universalidade das lutas (que também representa uma luta por mais democracia e direitos humanos), Boaventura reconhece a dificuldade de uma luta permanente a partir do momento em que um dos grupos envolvidos na luta global consegue a sua vitória particular, a tendência é o abandono da luta. É importante ressaltar que todas essas lutas são necessárias e legítimas, pois são originadas pela ausência do Estado. Geralmente, dessas lutas, nascem as mais diversas ONGs que abraçam as causas dos reclamantes. Porém, somente o Estado pode e deve ter uma ação abarcativa, isto é, deveria cuidar de todas as diversidades em seu território. Quando o Estado se torna ausente, principalmente na educação democrática do território, essas lutas começam a ser empreendidas entre as minorias e o restante da sociedade. Todavia, o Estado que rege a nossas vidas através de leis, deveria ter uma visão ampla do território; compreender que o território é diverso tanto em suas paisagens quanto em sua cultura. Não se pode fazer uma gestão igualitária para todos se as particularidades não são contempladas. E quem luta pelo Estado Democrático de Direito não pode abrir mão da existência do Estado, tampouco das

ações, sobretudo quando falamos em bem-estar social, o que é intrínseco a uma sociedade mais justa, democrática e com os direitos dos cidadãos garantidos.

De modo geral, o estudo em um país como o Brasil é pouco atrativo. A não ser para aqueles em que o capital dita, inclusive, para as instituições de ensino o que deve ser ensinado. Há os oráculos que alardeiam que vão surgir profissões que nem sequer sabemos quais serão. Um discurso que tenta descredibilizar a educação, sempre a colocando como atrasada. Por outro lado, não se deve repelir os anseios das empresas, pois certamente a formação de um jovem não deve ser amparada somente numa formação estritamente desvinculada das necessidades do mercado. A grande questão é que o mercado e também a política brasileira discrimina uma formação mais crítica, mais intelectualizada. As potências econômicas nunca abriram mão dos seus pensadores. Aliás, nós no Brasil preferimos citar os autores estrangeiros do que buscarmos o que os intelectuais brasileiros pensavam e pensam sobre o nosso país. E por incrível que pareça, mesmo com uma educação que historicamente é desprestigiada, vários egressos de universidades brasileiras quando não conseguem emprego em suas áreas de formação acabam por se tornando “professores”. Por isso, há um dito popular que deprecia a educação do país: se você não sabe fazer nada, vai ser professor.

Em alguns países a universidade sendo regida por normas externas, submissa a uma espécie de neocolonialismo acadêmico. Sobre a perda de uma universidade mais crítica, mais filosófica, tem a ver com várias questões: a depender do político que está no comando do país, das forças econômicas que exigem do trabalho acadêmico resultados práticos. Com raras exceções iremos encontrar departamentos de ciências humanas e sociais bem aparelhados nas universidades brasileiras.

Sobre a universidade ter um pensamento crítico e independente, isto está sob suspeição há muito tempo, independentemente do governante. Basta observarmos que as políticas internas nas universidades e nos institutos federais reproduzem a mesma política partidária tão criticada pela comunidade acadêmica. A primeira coisa que se observa em uma eleição dentro das instituições públicas de ensino no Brasil é saber a qual partido político pertence o/a reitor/a. A universidade nunca será livre da política partidária, pois ela não é autossustentável economicamente, portanto, seu pensamento crítico sempre será passível de controle. O que pode haver são professores, espécies raras, que adotam uma postura outsider, e que geralmente pagam um preço.

Mas o que teríamos a oferecer ao restante do mundo sobre democracia e direitos humanos? O problema é que estamos, nós da América Latina, até esta segunda década do século XXI, não produzimos algo de diferente. Nos acomodamos em copiar culturas e comportamentos exógenos e varremos nossa história para debaixo do tapete. O que realmente ofereceremos ao restante do mundo? Copiar parece ser mais fácil! Agradecemos facilidades tecnológicas estrangeiras que nos tiram a capacidade de pensar. Nossos trabalhos acadêmicos são uma repetição de citações de autores com os quais muitas vezes não temos intimidade na leitura de seus textos, mas é chique citá-los. O Brasil tradicionalmente sempre virou as costas para suas fronteiras, preferindo os Estados Unidos e a Europa. Quantas bolsas o Brasil oferece para seus pesquisadores irem a outros países de língua portuguesa em outros continentes ou mesmo a países de língua espanhola com os quais estamos no mesmo território sul-americano? De acordo com Boaventura, entre o conhecimento ocidental que temos na univer-

sidade e o conhecimento indígena, temos que fazer uma ponte. A essa ponte ele chama de ecologia dos saberes. Como fazer essa ecologia se nossos indígenas, na América do Sul, são tratados como não-humanos? E continua Boaventura: para ir à lua precisamos do conhecimento científico, mas para conservar a Amazônia precisamos do conhecimento indígena. O grande problema é que nós estamos querendo ir somente à lua. No Brasil há milhares de pessoas que sequer conhecem uma pedra de gelo, pois ainda não têm energia elétrica em suas casas, e nós ficamos admirados com a corrida turística espacial!

Por fim, destaco uma fala da palestra, sobre desenvolvimento e autodeterminação, proferida por Boaventura de Sousa Santos no ano de 2012 onde ele despeja toda a sua indignação quanto à distribuição da riqueza pelo mundo: “vivemos num mundo em que os 500 mais ricos têm tanta riqueza quando os 400 milhões mais pobres no mundo. Estamos num mundo em que 497 empresas garantem 50% do PIB mundial. Que mundo é este? Estamos num processo de sobre-enriquecimento de alguns poucos e sobre-empobrecimento de muitos”.

Após doze anos da palestra proferida por Boaventura de Sousa Santos, as notícias em jornais e sites anunciam que a fortuna dos mais ricos atinge o maior pico histórico com o alargamento e aprofundamento das linhas abissais que separam pobres de ricos. Assim, o que se chama de desenvolvimento tem acontecido para uma ínfima parte da sociedade global. E, infelizmente, não há perspectivas de mudança. Os abismos socioeconômicos seguem em seu ritmo acelerado provocando a morte de velhos, jovens, crianças. A questão da desigualdade social se tornou discurso de todos, inclusive, por aqueles que são parte de vários vetores que compõem a segregação socioeconômica. Grande parte dos estados nacionais deixaram de exercer a sua tarefa principal, que é a de promover o bem-estar social e passaram a ser coadjuvantes ou, até mesmo, reféns da face perversa da globalização; ou seja, a economia voraz.

Portanto, democracia e direitos humanos têm que ser pensados nos mais diferentes níveis, pois, não é somente uma questão da economia ou política, mas também de políticas educacionais e, principalmente, passa pela libertação de uma visão colonialista e pela construção de teorias endógenas.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Democratizar a democracia*. <https://www.youtube.com/watch?v=A0IaPR-7tESc&t=16s>. Acesso em outubro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Aula de inquietação*. <https://www.youtube.com/watch?v=7qbetHrL2JI>. Acesso em dezembro de 2014.

Autor Correspondente:

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Instituto Federal da Bahia

Rod BR 367, R. José Fontana, 1, Porto Seguro/BA, Brasil. CEP 45810-000

cerqueiraneto.mg@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.



A revisão de português deste artigo foi realizada com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada Pública nº 30/2023 – Programa Editorial – Processo 401194/2024-8.

